



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No décimo sexto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência da vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Esta solicitou aos demais parlamentares o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, a presidente abriu a sessão. O vereador Mauro Freitas pediu então Questão de Ordem solicitando que se fizesse um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao senhor Jairo Reis, funcionário desta Casa, falecido neste dia. Pediu também que a sessão fosse suspensa após a realização da Primeira Parte da Ordem do Dia em homenagem ao servidor. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Matheus Cavalcante opinou não ser correto derrubar o veto ao projeto que permite a ocupação imobiliária da orla de Belém sem consultar a população, sem debater com as entidades da sociedade civil que representam os vários segmentos de nossa cidade, sem ouvir as opiniões de técnicos e especialistas sobre o tema. Na gestão municipal anterior, recordou, havia o plano Desenvolve Belém, prevendo o estabelecimento de parcerias público-privadas visando desenvolver áreas da cidade que a Prefeitura Municipal de Belém - PMB tinha dificuldade em fazer prosperar. As parcerias público-privadas, destacou, foram criadas por lei federal aprovada no primeiro mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, não se tratando de privatizações do espaço público. Trata-se, ao contrário, de devolver ambientes que têm um potencial produtivo enorme e estão fechados ou mal utilizados à população, afirmou. A PMB não investe nesses espaços porque tem outras prioridades e não por falta de vontade, ressaltou, e isso pode ser feito pela iniciativa privada. Reiterou não se tratar de privatização do espaço público, mas de um alinhamento de interesses do setor privado e do setor público para que sejam feitos investimentos nessas áreas e assim elas possam voltar a servir a toda população de Belém. Reportou-se depois ao Mercado de São Brás, dizendo ser um belíssimo ambiente que se encontrava abandonado, tanto a praça quanto o mercado. Para fazer com que aquela área se tornasse um ponto turístico agregador, cada vez mais forte, onde pudesse se desenvolver a economia criativa, tornando-se um pólo cultural, seria necessário o investimento privado, defendeu. A obra custaria quarenta e três milhões de reais, informou, dizendo ter protocolado um ofício à PMB solicitando saber se haveria a continuidade do projeto da gestão anterior estabelecendo uma parceria público-privada para gerir o complexo. Em caso contrário, questionou de onde viria o dinheiro para a revitalização daquela área. Avaliou que a celeuma criada em torno da privatização prejudicava somente a população, que deixava de dispor de mais um espaço para cultura e lazer. As parcerias público-privadas são instrumentos de justiça social, opinou, exemplificando que o Mercado Central de Curitiba e o Mercado de Lisboa (este último tendo muitas semelhanças com o Mercado de São Brás) foram revitalizados através delas. O Largo da Palmeira e o Ver-o-Rio também poderiam ser objeto de parcerias desse tipo, sugeriu, lembrando que o Bar do Parque foi, durante anos, subutilizado e atualmente, após ser entregue à gestão privada, tornou-se uma referência em qualidade de atendimento, segurança e boas condições sanitárias. Em aparte, manifestou-se o vereador Miguel Rodrigues. Findo este pronunciamento, o vereador Mauro Freitas reiterou seu pedido de que a sessão fosse suspensa devido ao falecimento do senhor Jairo Reis, servidor da Casa, como era usual ocorrer. A presidente, Enfermeira Nazaré Lima, informou que a sugestão estava sendo avaliada pela Mesa. Assumiu depois a palavra a vereadora Livia Duarte e mencionou a aprovação pelo Senado Federal, no dia anterior, do projeto de lei incluindo as lactantes como prioridade no Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19, sem estabelecer limite de idade. Referiu haver comprovação, através de estudos científicos, de que as mães imunizadas ao amamentarem imunizam os filhos. Expressou ter convicção de que as lactantes seriam incluídas entre as prioridades para vacinação contra a Covid-19 em nossa capital, parabenizando a PMB pelo avanço no processo de imunização da população. Com quase meio milhão de pessoas mortas pela pandemia em nosso país, julgou fundamental participar das mobilizações marcadas para o próximo dia 19 de junho, pois a saída de Jair Bolsonaro da presidência da República tornava-se cada vez mais urgente. Assumiu em

seguida a presidência da Mesa o vereador Amaury da APPD. A vereadora Enfermeira Nazaré Lima subiu posteriormente à tribuna e aludiu ao Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, comemorado em 15 de junho. A Organização das Nações Unidas – ONU instituiu a data, observou, devido ao grande número de idosos que sofrem violência no mundo. Existem sociedades que respeitam as pessoas mais velhas, comentou, mas infelizmente não é o caso do Brasil, um país cuja população envelhece a passos largos devido ao aumento da longevidade. É necessário orientar e educar os jovens a respeitar mais os idosos, indicou, comunicando ter recebido, no dia anterior, a visita da senhora Terezinha Torres, professora aposentada da Universidade Federal do Pará – UFPA que fez parte do Fórum Metropolitano da Pessoa Idosa. Inteirou ter ela apresentado um documento expondo as situações de violência a que estavam submetidos os idosos em Belém, inclusive no transporte coletivo, e estabelecendo que essa violência pode ser física, patrimonial, psicológica, sexual, além de negligência e abandono. Tais crimes podem ser denunciados na Delegacia dos Direitos da Pessoa Idosa, situada em Belém na Rua Dona Tomázia Perdigão, que ainda não era muito conhecida, destacou, sendo importante divulgar sua localização. Assumiu depois a palavra o vereador Roni Gás e disse ter sido eleito para representar a população de Belém. Garantiu estar cumprindo seu papel de vereador, não sendo obrigado a concordar com o que outros vereadores pensam, pois deve respeitar as pessoas e a população que sofre. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PL, Pablo Farah avaliou que Belém estava ficando para trás no desenvolvimento econômico e que havia na orla da cidade muitos terrenos abandonados que poderiam ser aproveitados como espaços recreativos e não apenas para construir atacadões. Salientou não se tratar apenas de permitir empreendimentos imobiliários, mas de gerar para a sociedade emprego e renda, fazendo crescer a receita do município. Discordou da avaliação feita por alguns de que, permitida a utilização da orla, Belém perderia espaços com cobertura vegetal, afirmando ver cidades como Fortaleza, Aracaju, São Luís e Teresina crescerem enquanto Belém permanecia sem crescer. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Moa Moraes e Fabrício Gama. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Bieco. Pela liderança do Governo, Allan Pombo ressaltou que este parlamento deve discutir a cidade, o direito à cidade, a geração de emprego e renda e os grandes projetos que impactam profundamente a população de Belém. Algumas problemáticas foram levantadas, na sessão ordinária anterior, na análise do projeto que permite a ocupação imobiliária da orla de nossa capital, continuou, sendo uma delas a urgente necessidade de geração de emprego e renda. Estamos em uma crise nacional, alertou, pois o país passava por um processo de desindustrialização, havia fechamento de empresas e quase quinze milhões de pessoas estavam desempregadas, trinta milhões de brasileiros viviam na informalidade e muitos jovens não estudavam nem trabalhavam. Medidas para atenuar essa situação precisavam ser adotadas e esta Casa tem nisso um papel fundamental, apontou. Participou então ter protocolado um projeto de lei referente ao primeiro emprego, fortalecendo o Fórum Municipal de Aprendizagem e exigindo que as empresas que tenham contrato com o município de Belém cumpram a Lei da Aprendizagem (Lei Federal nº10097/2000). Em aparte, manifestou-se o vereador Fábio Souza. Pela liderança do Solidariedade, Igor Andrade comentou que muitas empresas fecharam durante a pandemia, outras não conseguiram ainda voltar ao desempenho anterior e o desemprego, que já era grande antes da Covid-19, acentuou-se ainda mais com o impacto da doença em nosso país. Para piorar, brevemente haveria um novo aumento na tarifa de energia elétrica devido à redução das chuvas e à consequente necessidade de utilização de usinas termoeletricas, podendo ocorrer uma majoração de até 20% nas contas de energia. Questionou como os pequenos negócios sobreviveriam a essa despesa adicional. Disse não concordar com o aumento da tarifa para os consumidores paraenses, pois o Pará é produtor de energia. Fez notar estarem mais caros o gás de cozinha, os combustíveis, os alimentos e os itens vendidos nos supermercados e que o aumento do custo da energia incidiria sobre o preço dos demais produtos. A falência das empresas e dos pequenos negócios vai gerar mais desemprego, frisou, mencionando que a busca por vagas de emprego é uma das maiores demandas recebidas pelos vereadores neste parlamento. Estando em seu segundo mandato de vereador, testemunhou nunca ter visto uma situação como a atual, pois o número de desempregados estava muito grande e pessoas com nível superior, com formação específica e experiência o procuravam querendo trabalhar em qualquer coisa. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro declarou sempre assumir o que faz, tendo assim agido mesmo quando foi preso, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, e julgado por um tribunal militar durante a ditadura, embora fosse praxe na época negar tudo, sendo essa então a orientação dos advogados de defesa. Esclareceu fazer essa declaração devido aos comentários de que teria colocado assessores seus para protestar na sessão ordinária anterior, quando houve a discussão do projeto permitindo a ocupação imobiliária da orla de Belém. Asseverou não ter organizado a manifestação, embora a tivesse apoiado, e que nenhuma das pessoas da comissão que adentrou a CMB para entregar documentação ao presidente Zeca Pirão era filiada ao PSOL. Externou ser deselegante considerar os participantes do protesto apenas massa de manobra. Elogiou o presidente da CMB pelo desprendimento demonstrado ao receber a comissão, mesmo tendo opinião diferente em relação ao tema. Disse ter orgulho de o PSOL estar inserido em quase todas as lutas sociais e que participaria dos protestos

contra o governo Bolsonaro, marcados para ocorrer no dia 19 de junho vindouro. Assegurou que seus assessores também estariam lá, mas não por terem sido mandados a fazer isso e sim por atuarem em movimentos sociais antes mesmo de comporem seu gabinete. Findo este pronunciamento, o vereador Miguel Rodrigues pediu Questão de Ordem e fez o registro de que, na sessão ordinária do dia anterior, uma ex-vereadora deste parlamento circulara pelo plenário distribuindo panfletos. Protestou contra o fato, lembrando não ser permitido aos assessores dos vereadores sequer transitarem pelo salão. O presidente Bieco, em nome da Mesa, reconheceu ter havido um erro e disse que providências seriam tomadas para que fatos assim não se repetissem. Pela liderança da Oposição, Josias Higino agradeceu por esta Casa ter recebido, no dia anterior, o pastor Samuel Câmara, líder evangélico e presidente da Igreja Assembleia de Deus. Agradeceu também ao vereador Igor Andrade, vice-líder do Governo neste parlamento, por ajudar no atendimento às suas demandas, mesmo sendo liderança da Oposição. Convidou todos os presentes a participar da sessão especial, a ser realizada neste salão plenário na próxima sexta-feira às nove horas, em comemoração ao 110º aniversário da Igreja Assembleia de Deus. Agradeceu a todas as pessoas desta Casa – vereadores, assessores e funcionários - que manuscreeveram um versículo do Novo Testamento, informando ter entregado o material à gráfica para ser encadernado. Este Novo Testamento manuscrito seria apresentado na sessão especial comemorativa e depois seria levado ao Museu Nacional da Assembleia de Deus, cuja inauguração ocorreria no mesmo dia, referiu. Em aparte, manifestou-se o vereador Fabrício Gama. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente solicitou aos demais parlamentares o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de quórum. Neste ínterim, o vereador Fernando Carneiro pediu Questão de Ordem e informou ter sido alterado, em reunião do Colégio de Líderes, o prazo para a apresentação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, sendo antecipado até o dia vinte e um do mês corrente. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao professor Dario Azevedo, atendendo à solicitação do vereador Amaury da APPD, e ao senhor Jairo Reis, servidor desta Casa, em atenção ao pedido do vereador Mauro Freitas. Findo este ato, foi feita a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da Ordem do Dia e o vereador Igor Andrade pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Em seguida, o vereador Josias Higino pediu Questão de Ordem solicitando que se passasse diretamente à Segunda Parte da Ordem do Dia, não havendo a discussão e votação dos requerimentos, solicitando que os projetos constantes nos processos de números 1142/2021 e 1104/2021 passassem da pauta da Primeira Parte para a pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia e entrassem em discussão, sendo votados em bloco e de forma simbólica, e solicitando também que, finda esta votação, a sessão fosse encerrada devido ao falecimento do senhor Jairo Reis, servidor deste Poder. Consultadas as lideranças partidárias presentes, não houve oposição a estas solicitações e, assim sendo, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Entraram então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, os seguintes projetos de lei: projeto que “Concede o Diploma Benemérito Evangélico e a Medalha Condecorativa Benemérito Evangélico ao pastor Gilberto Marques de Souza”, constante no Processo nº 1142/2021, de autoria do vereador Roni Gás; projeto que “Concede o Diploma Celina Martins Albuquerque ao pastor Samuel Câmara e *post mortem* ao pastor Honório Pinto”, constante no Processo nº 1104/2021, de autoria do vereador Josias Higino. Na discussão, não houve oradores. Fez-se posteriormente a leitura dos projetos e da emenda modificativa ao projeto constante no Processo nº 1142/2021. Postos em votação, os projetos e a emenda foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente Bieco declarou então aprovados os projetos constantes nos processos de números 1142/2021 e 1104/2021. Em seguida, encerrou a sessão, às dez horas e quinze minutos. Justificaram suas ausências os vereadores Altair Brandão, Émerson Sampaio, Augusto Santos, Zeca Pirão, Blenda Quaresma e Goleiro Vinicius. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante, Mauro Freitas, Moa Moraes, Josias Higino e Pastora Salete, pelo bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania; Miguel Rodrigues, Renan Normando, Túlio Neves e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Juá Belém, pelo Republicanos; Neném Albuquerque e John Wayne, pelo MDB; Enfermeira Nazaré Lima, Fernando Carneiro e Lívia Duarte, pelo PSOL; Bieco e Pablo Farah, pelo PL; Gleisson Silva e Fábio Souza, pelo PSB; Bia Caminha e Amaury da APPD, pelo PT; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 16 de junho de 2021.

1ª Secretária

Presidente

2º Secretário